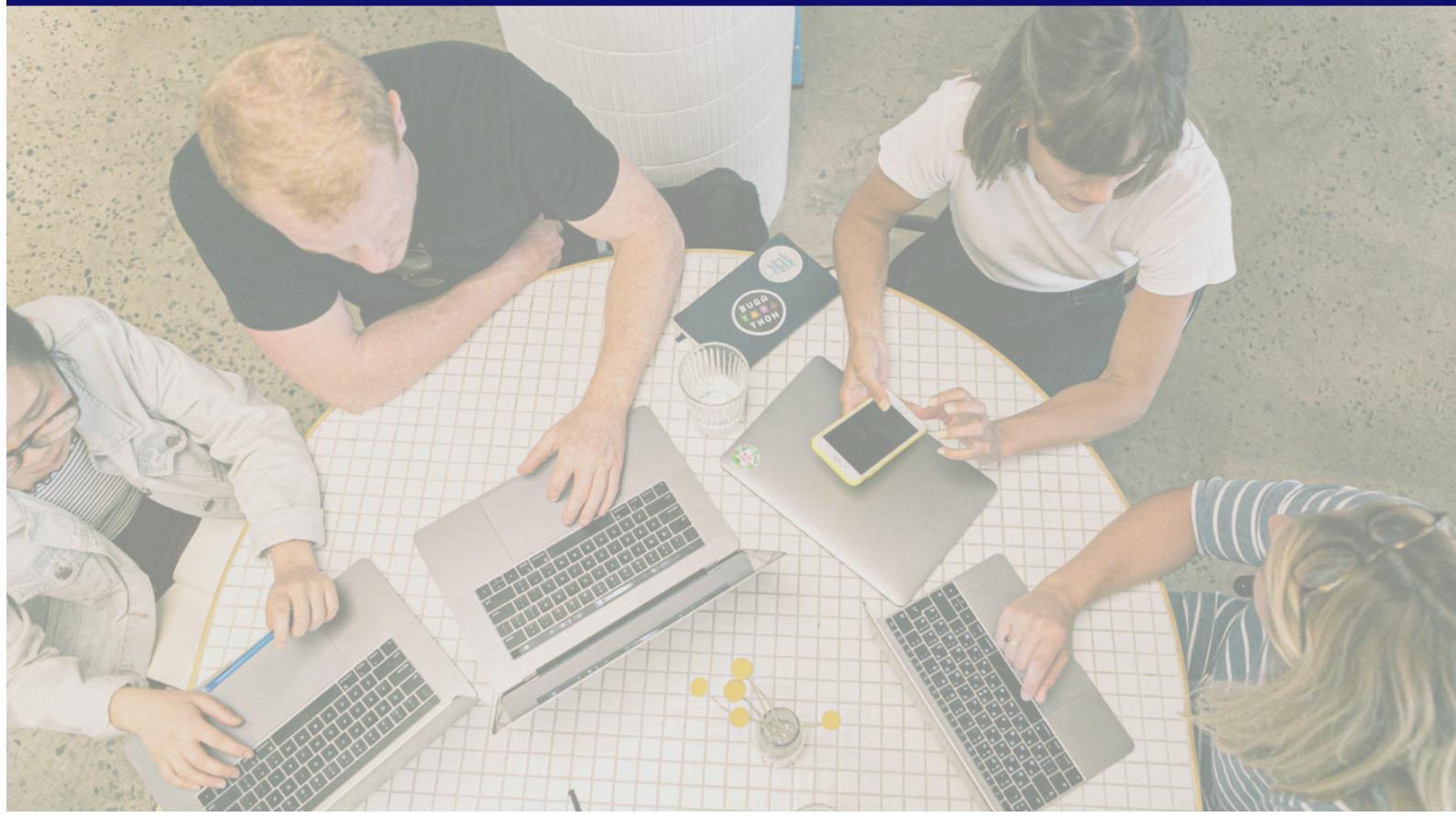


UNifeob
| ESCOLA DE NEGÓCIOS



2024

PROJETO INTEGRADO



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS

ADMINISTRAÇÃO

PROJETO INTEGRADO

BENEFÍCIOS DA LEI DO BEM RELACIONADOS À INOVAÇÃO NAS
ORGANIZAÇÕES

LMC TRANSPORTES

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

NOVEMBRO 2024

UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS

ADMINISTRAÇÃO

PROJETO INTEGRADO

BENEFÍCIOS DA LEI DO BEM RELACIONADOS À INOVAÇÃO NAS
ORGANIZAÇÕES

LMC TRANSPORTES

MÓDULO DE TÓPICOS ESPECIAIS

Administração Pública – Prof^ª. Carolina Teixeira Ferreira

Gestão de Investimentos e Riscos – Prof. Luiz Fernando Pancine

Tecnologia da Informação e Business Intelligence – Prof^ª. Mariangela Martimbianco

Tópicos Especiais em Administração – Prof^ª. Renata Elizabeth de Alencar Marcondes

Projeto de Tópicos Especiais – Prof^ª. Renata Elizabeth de Alencar Marcondes

Estudantes:

Bruno Araujo da Silva, RA 22000933

Caio Augusto Francisco, RA 23000300

Mariana Pádua Franco, RA 22001130

Rafael Vieira dos Santos, RA 2200291

Pedro Henrique Peres da Silva, RA 22001660

Thayna Paz Martins, RA 22001230

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

NOVEMBRO 2024

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	DESCRIÇÃO DA EMPRESA	5
3.1	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6
3.1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO LEI DO BEM	6
3.1.2	REQUISITOS E BENEFÍCIOS	7
3.1.3	SOLICITAÇÃO DOS BENEFÍCIOS E COMPROVAÇÃO DAS ATIVIDADES	8
3.1.4	ATIVIDADES DE PD&I	10
3.2	GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS	12
3.2.1	PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO	13
3.2.2	MATRIZ DE RISCO	15
	A ferramenta é comumente representada por um gráfico bidimensional, que se divide em duas partes fundamentais:	15
	Tabela 1 – Matriz de Risco	17
	Matriz de Riscos Prática	18
3.2.3	LEI DO BEM	18
	A Lei do Bem constitui em uma ferramenta de estímulo para empresas brasileiras de variados setores para que invistam em desenvolvimento de pesquisas relacionadas à tecnologia e inovação, assim adquirindo incentivos fiscais que futuramente podem ser revertidos em lucros no resultado da empresa.	18
3.2.3.1	DRE	18
	Tabela 2 – DRE da Empresa	19
3.2.3.2	Analisando o Investimento (VPL)	19
3.3	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E BUSINESS INTELLIGENCE	20
3.3.1	DASHBOARD	20
3.3.2	ANALISANDO O DASHBOARD	21
	Fonte: autor.	21
3.4	TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO	22
3.4.1	AVALIANDO AS APTIDÕES DA EMPRESA	23
3.4.2	VERIFICAÇÃO DE INICIATIVAS DE PD&I PARA UTILIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI DO BEM.	24
3.4.3	DIAGNÓSTICO DO ESTÁGIO DA EMPRESA E ADEQUAÇÕES	25
3.5	CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: CRIANDO O NOVO	26
3.5.1	CRIANDO O NOVO	26
3.5.2	ESTUDANTES NA PRÁTICA	28
4	CONCLUSÃO	29
	REFERÊNCIAS	31
	ANEXOS	32

1 INTRODUÇÃO

As disciplinas que integram o currículo do nosso curso englobam o projeto “Benefícios da Lei do Bem Relacionados à Inovação nas Organizações” tem como objetivo investigar a Lei do Bem, criada pelo Governo Federal. Essa lei oferece incentivos fiscais que permitem que as organizações invistam em pesquisa e desenvolvimento, promovendo não apenas melhorias nos processos internos, mas também uma vantagem competitiva significativa, sem contar a oportunidade das empresas crescerem.

O intuito desse projeto seria analisar empresas que já utilizam a Lei do Bem e aquelas que têm interesse em fazê-lo e incluir essa ideia, buscando entender como essa adesão impacta não apenas os seus índices de inovação, mas também aspectos como a motivação dos colaboradores e a capacidade de enfrentar desafios no mercado. Nesse contexto, é essencial identificar tanto as variáveis internas, como a cultura organizacional e o investimento.

No final, nossa análise buscará comparar os resultados de empresas que utilizam a Lei do Bem, considerando seus riscos e retornos. Queremos destacar a importância dessa legislação como uma ferramenta estratégica e refletir sobre como ela pode realmente transformar a forma como as organizações operam e se desenvolvem em um cenário cada vez mais competitivo.

2 DESCRIÇÃO DA EMPRESA

A LMC Transportes é uma empresa especializada em soluções logísticas para o transporte no território brasileiro, operando sob o CNPJ 34.266.084/0001-21, a empresa conta com 3 caminhões e uma equipe de profissionais experientes, cujo objetivo é manter altos padrões de pontualidade e segurança.

No Brasil, as transportadoras desempenham um papel fundamental na cadeia logística e no funcionamento da economia. Elas são responsáveis por garantir a movimentação eficiente de mercadorias e produtos entre diferentes regiões do país, facilitando a conexão entre produtores, distribuidores e consumidores.

A LMC Transportes, uma empresa com uma trajetória diversificada, iniciou suas operações no setor de transporte carregando granito de pedreiras. Este segmento envolvia o transporte de pedras em diversas formas, cores e tamanhos, e o pagamento era realizado com base na tonelada carregada. No entanto, com a redução da demanda por granito na região, a empresa decidiu diversificar suas atividades para atender às novas necessidades do mercado.

Atualmente, a LMC Transportes foca no transporte de laticínios, especialmente para a empresa Porto Alegre, utilizando sua frota equipada para o transporte de grandes volumes de produtos lácteos em tanques de até 30.000 litros. Esta transição do setor de granito para o de laticínios reflete uma mudança significativa nos modelos de remuneração e nas exigências operacionais. Enquanto o transporte de granito era remunerado por tonelada, o transporte de laticínios é pago com base na distância percorrida. Essa mudança de modelo destaca a necessidade de otimização do tempo e da logística para atender à perecibilidade dos produtos lácteos, assegurando que os laticínios cheguem ao destino em condições ideais e no prazo estipulado.

A LMC Transportes adaptou-se a essas novas demandas com um compromisso renovado com a eficiência e a qualidade, empregando tecnologia avançada e práticas de gestão de transporte para garantir a satisfação de seus clientes e a integridade dos produtos que transporta.

3.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

3.1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO LEI DO BEM

A Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005) é uma legislação federal brasileira que tem como objetivo incentivar a inovação tecnológica no setor empresarial por meio da concessão de incentivos fiscais. A Lei nº 11.196/2005 foi criada para impulsionar investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, permitindo que as empresas que realizam atividades de PD&L possam reduzir a carga tributária sobre os lucros obtidos.

Lei no 11.196/2005, conhecida como a Lei do Bem, é considerada o principal instrumento de estímulo às atividades de PD&I nas empresas brasileiras. Isso porque oferece a estas, a possibilidade de uso de alguns incentivos fiscais, abrangendo todos os setores da economia e regiões do país. Contribui assim, efetivamente para a inovação, o desenvolvimento da capacidade técnico-produtiva das empresas e o aumento do valor agregado da produção de bens e serviços. Visando esclarecer, para as empresas beneficiárias, de maneira prática e objetiva sobre a aplicação deste dispositivo, o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras – ANPEI

Essa legislação está regulamentada principalmente pelo Decreto nº 5.798/2006, que estabelece as regras para a concessão dos benefícios fiscais. Seu principal objetivo é incentivar o desenvolvimento de novas tecnologias no Brasil, aumentando a competitividade das empresas e o crescimento econômico sustentável.

(Fonte: MCI - 2020)

3.1.2 REQUISITOS E BENEFÍCIOS

Para que uma empresa possa aproveitar os benefícios fiscais relacionados à pesquisa e desenvolvimento (P & D), ela precisa atender a alguns requisitos e seguir certas etapas. Esses requisitos garantem que os investimentos em inovação sejam feitos de maneira correta e que a empresa possa comprovar estes gastos. A seguir, vamos explicar os principais pontos que a empresa deve cumprir, desde a sua constituição até a entrega do relatório final sobre os resultados obtidos com os investimentos.

- **Requisitos que a empresa precisa possuir:**

- A empresa precisa de um enquadramento estando devidamente constituída e regular perante a Receita Federal.
- Ser tributada com base no lucro real.
- Deve realizar atividades direcionadas à pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços. Documentando atividades relacionadas aos objetivos de inovação.

Registro:

- É necessário manter registros detalhados de seus investimentos em P&D. Comprovando que os gastos foram utilizados em atividades de inovação.

Acompanhamento:

- É importante que a empresa possua um acompanhamento técnico ou gerencial das atividades de P & D, com relatórios periódicos que evidenciem o processo dos projetos.

Relatório de Resultados:

Ao final do período de apuração, a empresa deve elaborar um relatório que sintetize os resultados obtidos com os investimentos realizado

Benefícios que podem ser concedidos à empresa:

- **Dedução de Imposto de Renda:**

- As empresas podem deduzir até 34% do imposto de renda devido sobre os gastos com P & D, considerando as condições estabelecidas.

- **Redução da Contribuição PIS e COFINS:**

- Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento podem resultar em uma carga tributária menor para a empresa.

- **Visibilidade e Competitividade:**

- O reconhecimento como empresa inovadora pode melhorar a imagem no mercado aumentando a competitividade, atraindo investimentos e parceiros

Em resumo, para que uma empresa aproveite os incentivos fiscais para P & D, ela precisa estar regularizada, focada em inovação e manter um bom controle sobre os investimentos feitos. Isso inclui realizar atividades de pesquisa, documentar tudo direitinho e acompanhar o progresso dos projetos. No final, é necessário fazer um relatório para mostrar os resultados. Seguindo esses passos, a empresa pode garantir que está dentro das regras e ainda tirar proveito das vantagens fiscais para investir em novos produtos e processos.

(ANPEI 2017)

3.1.3 SOLICITAÇÃO DOS BENEFÍCIOS E COMPROVAÇÃO DAS ATIVIDADES

Para pedir os benefícios fiscais de P&D, a empresa precisa seguir alguns passos e ficar atenta aos prazos. A solicitação deve ser feita até o final do ano fiscal (31 de dezembro), com toda a documentação que comprove as atividades de inovação realizadas. Isso inclui enviar

relatórios detalhados sobre os projetos e os investimentos feitos. A seguir, vamos explicar melhor os prazos e o que precisa ser feito para garantir que a empresa consiga aproveitar esses benefícios fiscais.

- **Como solicitar os benefícios;** Para conseguir os benefícios fiscais da Lei do Bem, as empresas precisam seguir alguns passos importantes. Primeiro, elas devem reunir toda a documentação que comprove os gastos com pesquisa e desenvolvimento (PD&I). Isso inclui criar uma série de documentos com informações sobre os projetos, como objetivos e resultados esperados. Depois, é preciso incluir esses investimentos na Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (DIPJ), utilizando o espaço destinado a incentivos e deduções. Em alguns casos, as empresas também precisam preencher um formulário específico da Receita Federal, detalhando os investimentos feitos. Por último, é essencial acompanhar o status da solicitação e responder a qualquer pedido de informações adicionais que a Receita Federal faça. Seguindo esses passos, as empresas têm mais chances de obter incentivos fiscais e estimular a inovação.

- **Para fazer a comprovação das atividades de PD&I**

As empresas devem comprovar suas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação seguindo as seguintes etapas:

- Manter uma documentação detalhada dos projetos, incluindo descrições, cronogramas, equipe e investimentos.
- Elaborar relatórios técnicos que mostrem os resultados e aprendizados, evidenciando a contribuição para a inovação.
- Manter um controle das despesas, que abranja salários, materiais e serviços
- Realizar auditorias internas periódicas que ajudem assegurar todos os registros e relatórios para que estejam em conformidade aos requisitos legais, facilitando a comprovação das atividades de PD & I.

- **Prazos para solicitar os benefícios**

- Os benefícios devem ser requeridos na Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (DIPJ). As empresas têm até 5 anos após a data do investimento para solicitar a dedução, desde que mantenham a documentação necessária. Sendo importante consolidar as informações de cada projeto de PD & I dentro do prazo da DIPJ para não perder a oportunidade de dedução. E em caso de alterações ou informações adicionais

surgindo após a entrega da DIPJ, as empresas devem seguir as orientações da Receita Federal para atualizações.

Em resumo, para obter os benefícios fiscais da Lei do Bem, as empresas precisam reunir documentação detalhada sobre seus projetos de PD & I, incluindo informações sobre os investimentos e resultados. Esses dados devem ser incluídos na Declaração de Imposto de Renda (DIPJ), com um prazo de até 5 anos após o investimento para fazer a solicitação. Além disso, é importante manter relatórios técnicos, controlar as despesas e realizar auditorias internas para garantir que tudo esteja conforme as exigências legais. Seguindo esses passos e respeitando os prazos, as empresas aumentam as chances de obter incentivos fiscais e fomentar a inovação.

3.1.4 ATIVIDADES DE PD&I

O art. 2º do Decreto nº 5.798/2006 define quais atividades as empresas podem realizar para aproveitar os benefícios fiscais da Lei do Bem. Essas atividades vão desde a pesquisa básica, que amplia o conhecimento, até a criação de novos produtos e processos, incluindo o desenvolvimento de software e inovações tecnológicas. Vamos ver as principais áreas que podem ser usadas para garantir os incentivos fiscais.

O art. 2º do Decreto nº 5.798/2006 estabelece atividades que podem ser utilizadas para os benefícios fiscais da Lei do Bem, como:

- **Pesquisa Básica**, que visa aumentar o conhecimento fundamental;
- **Pesquisa Aplicada**, focada no desenvolvimento de novos produtos e processos;
- **Desenvolvimento Experimental**, que transforma ideias em protótipos;
- **Inovação Tecnológica**, Criação e implementação de inovações significativas;
- **Desenvolvimento de Software**, que envolve a criação de softwares novos ou aprimorados, incluindo sistemas e aplicativos que contribuem para a inovação empresarial.

Em resumo, o Decreto nº 5.798/2006 estabelece as áreas de pesquisa e inovação que permitem que as empresas aproveitem os benefícios fiscais da Lei do Bem. Ao investir em pesquisa aplicada, desenvolvimento de software e inovação, as empresas não só ganham incentivos fiscais, mas também contribuem para o avanço tecnológico e se tornam mais competitivas no mercado.

(Fonte: planalto.gov.br)

3.1.5 EXEMPLOS DE PD&I NA PRÁTICA

Para entender como a pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) funcionam na prática, é legal ver exemplos de empresas que aplicam essas estratégias. No setor farmacêutico, por exemplo, a inovação é fundamental para criar novos medicamentos e tratamentos. Um bom exemplo é uma empresa que investe em pesquisa para desenvolver um medicamento para tratar uma doença rara. Esse tipo de investimento em PD&I pode trazer grandes resultados, como aumento de receita, vendas e até melhorar a imagem da empresa no mercado.

Exemplo de empresa que utiliza PD&I na prática:

- **Empresa de Setor Farmacêutico:**
 - **Exemplo:** Investe em pesquisa para desenvolver um novo medicamento que trata uma doença rara.
 - **Impacto:** A pesquisa resultou em um novo medicamento, aumentando a receita, vendas e a reputação da empresa.

Quadro Comparativo: Benefícios de Empresas com e sem a Utilização da Lei do Bem

CRITÉRIOS	COM A UTILIZAÇÃO	SEM A UTILIZAÇÃO
Incentivos fiscais - Impostos	Reduções nos impostos e Contribuição Social sobre o CSLL	Não possui incentivos fiscais específicos para P&D
Investimento em P&D	Maior investimento em inovação	Os investimentos podem ser limitados, dificultando.
Recursos financeiros	Facilitação de financiamentos e incentivos	Menor acesso a créditos e linhas de investimentos
Inovação e competitividade	Maior capacidade para inovações e forte competitividade	Menor acesso a demandas de destaques no mercado
Sustentabilidade de Projetos	Projetos mais viáveis a longo prazo	Os projetos de inovações acabam sendo mais lentos

Quadro Comparativo 2

DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOBRE O PROJETO		ANTES	DEPOIS
Receita Bruta		2.110.095,36	2.350.287,36
	Deduções na Receita Bruta	(108.880,92)	(121.271,57)
Receita líquida		2.001.214,44	2.229.015,79
	Despesas Operacionais:	(1.379.285,76)	(1.566.257,76)
Lucro Bruto		621.928,68	662.758,03
	Despesas Totais:	(79.200,00)	(81.589,40)
Lucro Operacional		542.728,68	581.168,64
	(-) Despesas Financeiras	(3.799,10)	(2.150,88)
	(+/-) Outras Receitas/Despesas	8.737,93	4.947,03
Lucro antes do IR		547.667,51	583.964,78
	(-) Imposto de Renda	(82.150,13)	(46.509,72)
	(+) Incentivos Fiscais Lei do bem		14.940,00
Lucro/Prejuízo Líquido		465.517,38	552.395,06

Fonte: Autor.

Em resumo, o (PD & I) traz muitos benefícios para as empresas, como vimos no exemplo da farmacêutica que desenvolveu um medicamento para uma doença rara. Com o uso de PD&I, a empresa não só cria novos produtos, mas também cresce em competitividade e melhora sua imagem no mercado.

Se compararmos uma empresa que usa a Lei do Bem com uma que não usa, a diferença é clara. A empresa que aproveita os incentivos fiscais da Lei do Bem consegue reduzir os custos com pesquisa e investir mais em inovação, o que pode resultar em mais lucro e crescimento. Já a empresa que não utiliza esses benefícios perde a chance de reduzir impostos e reinvestir em novos projetos, ficando atrás de concorrentes que estão aproveitando melhor as vantagens fiscais.

3.2 GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS

O gerenciamento de riscos em uma empresa é um processo sistematizado que tem como objetivo identificar, analisar, minimizar ou neutralizar as ameaças ao negócio. A gestão dos riscos procura prever situações com potencial de afetar os resultados através de análise tecnológica, financeira e cronológica antes que aconteçam, otimizando, dessa forma, o capital da empresa. (Sebrae, 2023).

Sendo assim podemos definir risco como algo que possui a possibilidade de dar errado, ou ainda, como sinônimo de perigo. “O conceito de risco pode ser entendido como aquele que indica um impacto negativo potencial sobre um ativo ou alguma característica de valor que possa surgir a partir de alguns processos ou eventos futuros” (NUNES, 2009, p. 14).

O gerenciamento de riscos é crucial para qualquer tipo de negócio, e não é diferente para uma transportadora. Esse processo envolve a identificação, avaliação e controle dos riscos que podem impactar o funcionamento da empresa. Para garantir que o serviço de transporte seja bem-sucedido e continue a operar de forma eficiente, é importante antecipar os possíveis desafios e adotar estratégias eficazes para minimizá-los.

No contexto de uma transportadora, o gerenciamento de riscos pode incluir a análise de aspectos como a segurança das cargas, a integridade dos veículos, a conformidade com regulamentações e a gestão de imprevistos operacionais. Implementar medidas para prevenir acidentes, garantir a manutenção adequada da frota e otimizar rotas são exemplos de estratégias que podem contribuir para a redução de riscos. Além disso, é fundamental ter planos de contingência para lidar com situações inesperadas, como condições climáticas adversas ou problemas logísticos.

Adotar uma abordagem proativa para o gerenciamento de riscos não apenas protege os ativos da empresa, mas também assegura a satisfação dos clientes e a continuidade do serviço. Assim, a transportadora pode operar com maior segurança e eficiência, minimizando impactos negativos e mantendo altos padrões de qualidade no transporte de mercadorias.

3.2.1 PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO

A gestão de riscos não se limita a minimizar as perdas, mas também inclui o estabelecimento de uma mentalidade proativa que permite às empresas antecipar, responder e até explorar a incerteza. Desta forma, torna-se uma importante ferramenta estratégica para aumentar a resiliência e a vantagem competitiva.

De acordo com Galante (2015), o Gerenciamento de Riscos é um processo complexo que aplica sistematicamente políticas de gestão, procedimentos e práticas orientados para a realização de oportunidades e o manejo dos efeitos adversos

Principais categorias de riscos são:

Primeiro, temos os **riscos operacionais**, que se referem a problemas que podem acontecer no dia a dia da empresa. Por exemplo, se um dos caminhões quebrar ou o sistema de refrigeração falhar, isso pode resultar em perda de leite e atrasos nas entregas. Além disso, se a rota escolhida não for a melhor, pode haver atrasos e aumento de custos. Um treinamento inadequado dos funcionários também pode levar a erros e até a possíveis acidentes.

Os **riscos de qualidade** envolve tudo que pode afetar a integridade do leite ou do creme de leite durante o transporte. Por exemplo, se o leite entrar em contato com substâncias químicas ou se os tanques dos veículos não estiverem limpos, isso pode causar contaminação. E se a temperatura não for mantida corretamente, o leite pode estragar, o que gera perdas financeiras e problemas de saúde pública. Por isso, é fundamental ter um controle rigoroso de qualidade de todo o produto.

Os **riscos regulatórios** dizem respeito ao cumprimento das normas do setor. Se a empresa não seguir as regras de segurança alimentar e transporte, pode enfrentar multas ou até ser forçada a parar suas atividades. Além disso, se perder as licenças necessárias, isso pode interromper completamente o funcionamento da transportadora.

Os **riscos financeiros** são preocupações sobre a saúde financeira do negócio. Por exemplo, se os preços do leite ou do combustível subirem, isso pode afetar completamente a margem de lucro sem contar as despesas inesperadas, como manutenções, que podem impactar o orçamento da transportadora.

Os **riscos ambientais** são aqueles que vêm de fatores como desastres naturais. Inundações, secas ou tempestades podem impactar tanto as rotas de transporte quanto a produção de leite. As mudanças climáticas ao longo do tempo também podem afetar a produção e a disponibilidade de recursos.

Os **riscos de segurança** se referem à proteção dos motoristas e da carga. Acidentes de trânsito, como colisões, podem causar ferimentos, danos ao veículo e perda de carga. O roubo também é uma preocupação, especialmente em certas áreas, pois pode causar grandes perdas financeiras, pois um tanque de apenas uma viagem tem em média 37,000 mil litros com o valor de R\$113.479,37. Além disso, a segurança dos motoristas é vital, pois situações de violência nas estradas podem colocá-los em risco.

Por último, temos os **riscos tecnológicos**, que estão ligados ao uso da tecnologia nas operações. Se a empresa depender de sistemas que falham, isso pode causar interrupções significativas. Além disso, a segurança cibernética é uma preocupação crescente; ataques hackers podem comprometer dados e sistemas, resultando em prejuízos financeiros e danos à reputação com o tempo parado seria dinheiro perdido.

Gerenciar esses riscos de forma proativa é fundamental para garantir que a transportadora de leite funcione de maneira segura e eficiente. Isso envolve ter boas políticas de segurança, oferecer treinamento contínuo aos funcionários e implementar estratégias para mitigar todos os riscos.

3.2.2 MATRIZ DE RISCO

A matriz de risco é uma ferramenta analítica utilizada para a identificação, avaliação e priorização de riscos dentro de um projeto ou operação. Sua função principal é oferecer uma visão clara e estruturada das potenciais ameaças, ajudando a determinar quais riscos exigem mais atenção com base em sua probabilidade de ocorrência e no impacto que podem causar.

Segundo Bianca Napoleão (2019) O grande diferencial da Matriz de Riscos é a facilidade que ela proporciona para visualizar informações sobre um determinado conjunto de riscos. Por se tratar de uma ferramenta gráfica, é fácil identificar quais riscos irão afetar menos ou mais a organização, possibilitando a tomada de decisões e a realização de medidas preventivas para tratar esses riscos.

A ferramenta é comumente representada por um gráfico bidimensional, que se divide em duas partes fundamentais:

1. **Eixo Vertical - Impacto:** Este eixo avalia a severidade das consequências se o risco se concretizar. O impacto é geralmente categorizado em diferentes níveis, como baixo, médio e alto, de acordo com a magnitude dos efeitos que o risco pode ter sobre o projeto, operação ou organização. Um impacto baixo pode significar pequenas interrupções ou inconvenientes, enquanto um impacto alto pode resultar em danos significativos, prejuízos financeiros substanciais ou danos à reputação.
2. **Eixo Horizontal - Probabilidade:** Este eixo avalia a chance ou a frequência com que o risco pode ocorrer. A probabilidade é geralmente classificada em categorias como baixa, média e alta. A avaliação da probabilidade considera a possibilidade de o risco se materializar, levando em conta dados históricos, tendências atuais e fatores

ambientais. Um risco com baixa probabilidade é aquele que tem uma pequena chance de ocorrer, enquanto um risco com alta probabilidade é mais provável de se concretizar.

A combinação desses dois eixos forma uma grade ou tabela onde cada célula representa uma interação específica entre a probabilidade e o impacto. Quando um risco é posicionado nesta matriz, ele é classificado de acordo com seu nível de ameaça, o que ajuda a visualizar quais riscos são mais críticos e, portanto, devem ser priorizados.

A utilidade da Matriz de Risco seria que oferece uma série de benefícios estratégicos e operacionais, tornando-se uma ferramenta indispensável na gestão de riscos. Entre suas utilidades, destacam-se:

- **Identificação de Prioridades:** A matriz permite que as equipes e gestores identifiquem e priorizem os riscos mais significativos dentro da sua empresa. Ao visualizar quais riscos apresentam a maior combinação de probabilidade e impacto, é possível direcionar recursos e esforços para as áreas que mais necessitam de atenção e mitigação no momento.
- **Desenvolvimento de Estratégias de Mitigação:** Com base na posição dos riscos na matriz, é possível desenvolver estratégias e planos de ação mais eficazes. Para riscos com alta probabilidade e alto impacto, por exemplo, são elaboradas medidas robustas para reduzir tanto a probabilidade de ocorrência quanto a severidade das suas consequências. Isso pode incluir a implementação de controles, procedimentos de contingência e medidas preventivas o quanto antes possível.
- **Monitoramento e Revisão Contínua:** A matriz de risco não é uma ferramenta estática. Ela deve ser constantemente monitorada e revisada para refletir mudanças nas condições e no ambiente de operação. Isso permite ajustar as estratégias de mitigação conforme necessário, garantindo que a gestão de riscos continue sendo eficaz à medida que novas ameaças surgem e as circunstâncias evoluem.

Tabela 1 – Matriz de Risco

Matriz de Risco			Impacto				
			1	2	3	4	5
			Sem Impacto	Leve	Médio	Grave	Gravíssimo
P r o b a b i l i d a d e	5	Quase certo					
	4	Alta					
	3	Média		3			
	2	Baixa			2	1	
	1	Rara					

Risco Baixo	Risco Moderado	Risco Elevado	Risco Extremo
-------------	----------------	---------------	---------------

Descrição do Risco	Probabilidade	Impacto	Classificação
1 - Dispositivo para monitoramento de temperatura.	2	4	Elevado
2 - Software análise de rotas.	2	3	Moderado
3 - Aumento de duas válvulas e mangueiras para agilizar a descarga dos caminhões.	3	1	Moderado

Fonte: autor.

Matriz de Riscos Prática

1 - Dispositivo para monitoramento de temperatura, probabilidade baixa, devido ao sistema ser de confiança, com verificações e atualizações periódicas e impacto grave, pois o não funcionamento pode ocasionar que o produto transportado estrague. Levando em consideração as análises, a empresa vai implementar o projeto devido a baixa probabilidade e grande funcionalidade das necessidades existentes.

2 - Software análise de rotas, probabilidade baixa pois como o de temperatura, o sistema passará por verificações de veracidade e atualizações periódicas e o impacto é médio, pois ocorrendo um não funcionamento pode ocasionar a um erro de rota, impactando diretamente na eficiência operacional e prazo de entrega do produto. A proposta foi aprovada pela empresa, mesmo havendo o risco, a empresa confia nos meios de manutenção do sistema que atenderá de necessidade para agilizar a rota.

3 - Aumento de válvulas para agilizar a descarga, probabilidade de risco médio, pois o cliente pode não possuir ferramentas e capacidade do nível maior de descarga, Impacto moderado, pois caso o cliente não tenha capacidade, poderemos manter ligado apenas uma válvula, possibilitando o descarregamento do caminhão e satisfação do cliente.

3.2.3 LEI DO BEM

A Lei do Bem constitui em uma ferramenta de estímulo para empresas brasileiras de variados setores para que invistam em desenvolvimento de pesquisas relacionadas à tecnologia e inovação, assim adquirindo incentivos fiscais que futuramente podem ser revertidos em lucros no resultado da empresa.

3.2.3.1 DRE

Analisando a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relatório contábil que apresenta de forma detalhada a performance financeira da LMC Transportes, temos o antes e depois da implantação do projeto.

Tabela 2 – DRE da Empresa

DRE ANUAL		ANTES	DEPOIS
Receita Bruta		2.110.095,36	2.350.287,36
	Deduções na Receita Bruta (Impostos, Devoluções, etc.)	(108.880,92)	(121.271,57)
Receita líquida		2.001.214,44	2.229.015,79
	Encargos e Salários	(288.000,00)	(288.000,00)
	Despesas de Combustível:	(791.285,76)	(881.357,76)
	Manutenção de Veículos+Projeto	(300.000,00)	(396.900,00)
	Total de Despesas Operacionais:	(1.379.285,76)	(1.566.257,76)
Lucro Bruto		621.928,68	662.758,03
	Despesas Administrativas:	(19.200,00)	(19.200,00)
	Outras Receitas Líquidas	(60.000,00)	(62.389,40)
	Despesas Total:	(79.200,00)	(81.589,40)
Lucro Operacional		542.728,68	581.168,64
	(-) Despesas Financeiras	(3.799,10)	(2.150,88)
	(+/-) Outras Receitas/Despesas	8.737,93	4.947,03
Lucro antes do IR		547.667,51	583.964,78
	(-) Imposto de Renda (15%)	(82.150,13)	(46.509,72)
	(+) Incentivos Fiscais Lei do bem (60%)		14.940,00
Lucro/Prejuízo Líquido		465.517,38	552.395,06

Fonte: autor.

Assim podemos analisar que após a aplicação do projeto a Transportadora, a mesma terá um lucro líquido de R\$86.877,68 correspondendo a um aumento 18,66% de lucratividade.

3.2.3.2 Analisando o Investimento (VPL)

Tendo em vista as três propostas de desenvolvimento da LMC Transportes, identificamos os valores iniciais de investimento:

Dispositivos para monitoramento de temperatura mais avançados, que incluem sensores conectados a um sistema de monitoramento remoto (via GPS, por exemplo), podem custar em torno de R\$7.500.

Software análise de rotas oferecem recursos para otimização de rotas, soluções robustas que incluem integração com GPS, monitoramento em tempo real e análise de dados possuem licenciamento anual de R\$ 6.000,00

Buscando atingir maior agilidade para descarga de um caminhão que faz uma rota de menor distância, será instalado mais duas válvulas com mangueira para diminuir o tempo de descarga, o valor da mangueira é de R\$7.800, deve ser incluído também o custo também a mão de obra para adaptação do caminhão de R\$3.600,00. Resultando no custo total de R\$11.400,00.

Investimento dos projetos R\$24.900,00 considerando os três caminhões da empresa. E trazendo a receita para o valor presente, temos: VPL: R\$78.622,33 correspondente a um ano. Sendo assim, nosso valor presente líquido é maior que o valor do investimento inicial, tornando o projeto viável.

3.3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E BUSINESS INTELLIGENCE

Para o estudo de tecnologia da informação e BI, deve ser destacada a importância dos mecanismos digitais para a gestão do negócio. Todavia, a implementação de novas tecnologias, por si só, não garante um avanço positivo para os resultados da empresa, elas devem direcionar as tomadas de decisões de acordo com índices estatísticos baseados nas informações que podem ser extraídas de toda atividade da organização. Uma harmonia entre as ferramentas digitais e o conhecimento da atividade empresarial.

3.3.1 DASHBOARD

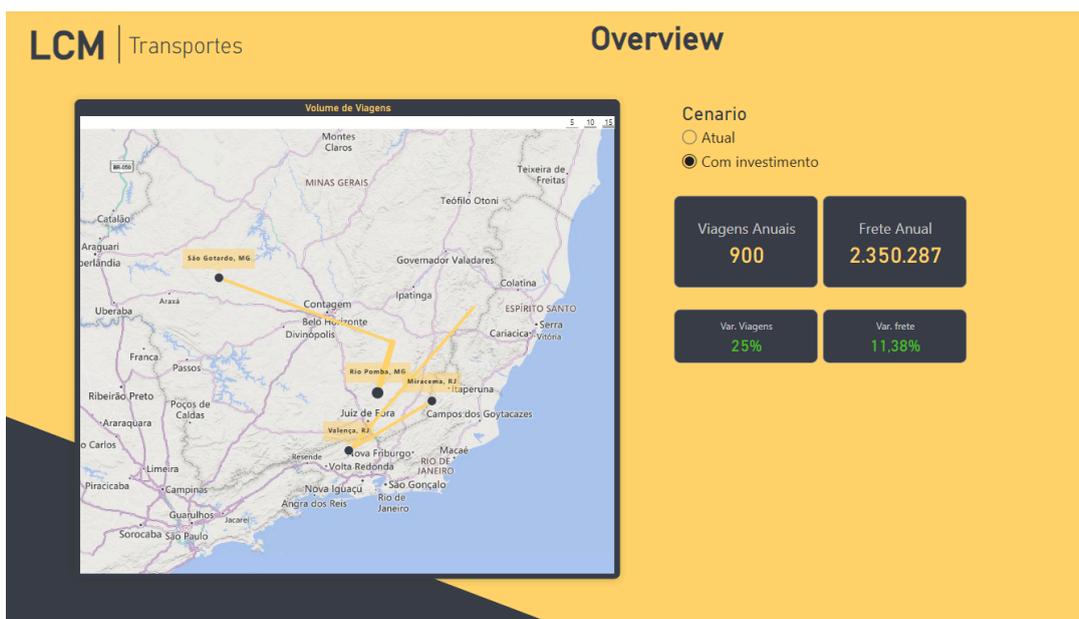
Ao analisar a atividade da LCM, foi estruturado um banco de dados a partir das informações disponibilizadas, um exemplo bem relevante são as Notas Fiscais do serviço prestado.

Quando computadas, dão insights valiosos que dizem respeito à rota percorrida, mercadoria transportada, valor do frete, volume de transporte e inúmeras outras considerações que foram utilizadas para a construção do Dashboard. Seu objetivo é compilar essas noções e analisar a situação do negócio.

3.3.2 ANALISANDO O DASHBOARD

A seguir, o quadro de análise da transportadora de leite, LCM:

Imagem 3 – Dashboard (Overview)



Fonte: autor.

Imagem 4 – Dashboard (Resultados)



Fonte: autor.

No qual pode-se identificar, de maneira enxuta, a matriz de risco do investimento e de algumas possíveis alternativas. Posteriormente temos um Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE): fechamento do Exercício atual e a projeção futura após o investimento e a aplicação da Lei do Bem, contendo seus benefícios. Por fim, um gráfico que exemplifica o montante no valor presente líquido (VPL) e o retorno sobre o investimento.

Outras avaliações dentro do dashboard são as rotas percorridas pelos veículos e o valor total do frete.

Quanto mais informações disponíveis, mais quadros analíticos são possíveis de serem criados.

3.4 TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO

Nesta unidade de estudo, exploraremos o papel crucial das Atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P & D & I) no avanço tecnológico e econômico das organizações e da sociedade como um todo. As atividades de PD & I são fundamentais para a

criação de novos produtos, processos e soluções, promovendo a competitividade e o crescimento sustentável em diversos setores.

Vamos também analisar a Lei do Bem, que foi criada para incentivar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica no Brasil. Esta legislação oferece uma série de benefícios fiscais para empresas que investem em atividades de P & D, proporcionando um ambiente mais favorável para a realização de projetos inovadores.

Há três tipos de pesquisas incluídas dentro da Lei do Bem, sendo elas a básica, aplicada e o desenvolvimento experimental.

Porém, para podermos utilizar a Lei do Bem dentro da LMC Transportes tivemos que propor a mudança de Lucro Presumido atualmente adotado pela empresa, para o Lucro Real onde a empresa poderá desfrutar das vantagens que a Lei do Bem pode proporcionar

3.4.1 AVALIANDO AS APTIDÕES DA EMPRESA

Optar pela Lei do Bem permite às empresas aumentar sua competitividade, promover o desenvolvimento sustentável e inovador, e contribuir para o avanço tecnológico do país.

Segundo Álvaro Toubes Prata, o propósito da Lei do Bem é apoiar o crescimento da inovação no setor privado, oferecendo uma maneira de "facilitar e simplificar o acesso ao usufruto dos incentivos fiscais", promovendo avanços tecnológicos para aumentar a competitividade das empresas nacionais.

Além disso, a lei facilita a implementação de estratégias de inovação, compartilhando o risco tecnológico e incentivando a criação de novos produtos e processos. Diante disso, os principais benefícios para uma empresa ao aderir à Lei do Bem incluem:

- Redução de Impostos:
 - Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), onde empresas podem deduzir até 100% dos gastos com Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD & I) do IR e CSLL devidos.
 - Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI): Há a possibilidade de amortizar até 80% do IPI incidente na compra de máquinas e equipamentos destinados a P&D.
- Maior competitividade: Investimento em P&D permite o desenvolvimento de novos produtos, processos e tecnologias, aumentando a competitividade no mercado nacional e internacional.

- Desenvolvimento Tecnológico: Contribui para o desenvolvimento tecnológico do país, promovendo a inovação e melhoria da qualidade de vida da população.
- Incentivo à Inovação: Essa fase é estimulada pelo fato de ser a maior incerteza no processo de inovação, compartilhando o risco tecnológico e incentivando a criação e testes de novos produtos e processos.
- Apoio ao Crescimento Sustentável: Facilita a implementação de estratégias de inovação que podem levar ao crescimento sustentável da empresa.
- Esses benefícios ajudam a empresa a se tornarem mais inovadoras e competitivas, além de contribuírem para o desenvolvimento econômico e tecnológico no Brasil.

3.4.2 VERIFICAÇÃO DE INICIATIVAS DE PD&I PARA UTILIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI DO BEM.

Como a empresa não fazia parte da Lei do Bem, por não estar em Lucro Real começamos as pesquisas de P&D do zero, com isso atualmente a empresa se encontra na etapa de Pesquisa Básica, dando início em estudos para desenvolvimento de um software para melhorar a qualidade da entrega final do produto, levando mais segurança e qualidade para seus clientes.

Sendo um software responsável pelo monitoramento de temperatura e qualidade dos produtos lácteos em tempo real, podendo assim fazer um acompanhamento mais preciso, gerando uma credibilidade maior para nossos clientes finais. Com isso poderíamos analisar os tanques dentro do software de qualquer local melhorando a comunicação entre os colaboradores, tendo melhores tomadas de decisões, agilizando assim os processos dentro da empresa para garantirmos a mais alta qualidade de nossos produtos.

Dentro desse mesmo software seria possível fazer um carregamento das principais rotas de entregas, sendo possível analisar as rotas também em tempo real para conseguirmos um melhor aproveitamento, reduzindo assim o tempo de entrega e aumentando a efetividade da rota.

Para termos um maior aproveitamento da rota desenvolvemos outra inovação juntamente com o software, um sistema para agilizar a etapa de descarregamento dos produtos lácteos que hoje é feito apenas de uma saída por tanque, dentro da pesquisa implementamos mais saídas dos produtos nos tanques fazendo com que a velocidade de descarregamento seja mais eficaz, diminuindo o tempo parado em clientes. Tendo uma entrega mais rápida e

otimizando o tempo gasto nas rotas, podendo atingir novos clientes mais distantes apenas com uma otimização do tempo gasto dentro da viagem.

3.4.3 DIAGNÓSTICO DO ESTÁGIO DA EMPRESA E ADEQUAÇÕES

O diagnóstico do estágio da empresa consiste em verificar se ela está apta a solicitar os benefícios da lei do bem, diante disso, seguiremos os conceitos abaixo para levantamento:

- Avaliação de Atividades e P&D
 - Listar as atividades de pesquisa e desenvolvimento realizadas pela empresa;
 - Verificar se as atividades estão alinhadas com as definições de inovação e P & D.
- Levantamento de Despesas
 - Compilar todas as despesas relacionadas a P&D, como salários, materiais, serviços de terceiros e, outras despesas diretas;
 - Manter os registros detalhados que comprovem esses gastos.
- Análise do perfil empresarial
 - Avaliar o porte empresarial (micro, média ou grande empresa) e seu enquadramento no Simples Nacional ou Lucro Real, itens que afetam a elegibilidade.
- Documentação e compliance
 - Verificar se a empresa possui documentação adequada, como registros contábeis e relatórios P&D;
 - Certificar que tem regularizações fiscais.
- Identificação de Projetos Inovadores
 - Classificar os projetos em andamento e quais enquadram como inovações tecnológicas.
- Consultoria especializada
 - Considerar a possibilidade de contratar uma consultoria especializada em leis de incentivos fiscais.
- Preparo do relatório
 - Elaborar um relatório detalhando as atividades de P & D e os gastos associados, sendo fundamental para a solicitação dos benefícios.

- Planejamento Futuro
 - Estudar como a empresa pode aumentar as atividades de P & D no futuro para dar continuidade e se beneficiando da Lei do Bem.

Após realizar uma análise detalhada da empresa, verificamos que ela atende aos padrões da Lei do Bem em diversos aspectos. A empresa está enquadrada no regime de Lucro Real, apresenta Lucro Fiscal e possui regularidade fiscal comprovada. Além disso, identificamos que a empresa investe significativamente em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica no Brasil. As atividades de PD&I estão devidamente registradas, o que comprova a elegibilidade para os incentivos fiscais. A empresa possui um planejamento estratégico robusto para inovações e está em conformidade com todas as obrigações fiscais. Este diagnóstico é fundamental, pois permite identificar as áreas de destaque e os pontos fortes que qualificam a empresa para se beneficiar da Lei do Bem, estimulando a inovação e potencializando o crescimento sustentável. Com essa avaliação, a empresa está bem posicionada para aproveitar oportunidades valiosas e maximizar os investimentos em PD & I, garantindo um futuro promissor e inovador.

3.5 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: CRIANDO O NOVO

A Formação para a Vida é um dos eixos do Projeto Pedagógico de Formação por Competências da UNIFEOP.

Esta parte do projeto está diretamente relacionada com a extensão universitária, ou seja, o objetivo é que seja aplicável e que tenha real utilidade para a sociedade, de um modo geral.

3.5.1 CRIANDO O NOVO

- **Tópico 1:** Design Thinking nos estudos e na profissão

Design Thinking tem como objetivo que todos os profissionais sejam capazes de pensar o mundo em uma lógica mais ampla de bem-estar, identificando problemas e gerando soluções viáveis. O que fazemos em nosso cotidiano reflete a forma como pensamos e como interagimos com o mundo. Uma rotina planejada e organizada costuma ajudar na hora de criar algo novo, pois, ao planejar nosso dia, gastamos menos energia com as atividades cotidianas.

Dizem por aí que o futuro pertence às pessoas criativas, capazes de combinar atividades e que vivem bem em um mundo onde o trabalho, o estudo e o lazer se confundem e se completam. Para um novo modelo de estudo é preciso do tempo livre e se alimenta do tempo de trabalho.

O profissional T tem capacidade de desempenhar trabalhos de forma colaborativa com outras pessoas para desenvolver soluções criativas. É atento, observador, crítico, não se limita a desenvolver o mínimo e, para esse profissional, informação não é sinônimo de conhecimento. Está sempre disposto a investigar antes de sair repetindo por aí coisas das quais ainda não se apropriou.

Oportunidades são difíceis de serem percebidas, mas é preciso estar atento à captura dos detalhes e ao registro dos insights. A apreciação e a narração de histórias estão diretamente articuladas com nossos modos de compreender o mundo e o outro. Quando pensamos em oportunidades dentro de metodologias como o Design Thinking e sua aplicação em nosso cotidiano, é importante pensar sobre empatia, afinal estamos em busca de ideias que promovam o bem-estar das pessoas

- **Tópico 2:** Há mil maneiras de pensar

As mudanças tecnológicas têm transformado o mundo, destacando a importância do capital humano nesse processo. Embora as tecnologias tenham removido barreiras e facilitado a troca de informações globalmente, o desenvolvimento humano deve ser priorizado. As competências humanas precisam ser aprimoradas em conjunto com os avanços tecnológicos, sem perder o foco no aspecto humano. Por isso a importância da colaboração e interdependência nas equipes, superando a lógica da competitividade e promovendo um desenvolvimento inovador e responsável. O exemplo da produção do café para ilustrar a importância de reconhecer as conexões globais que sustentam processos cotidianos. Também aborda três formas de pensamento: linear, sistêmico e complexo, como mecanismos de criatividade, sugerindo que a inovação está em entender e usar a complexidade da mente humana.

- **Tópico 3:** Criando asas

Para abordar qualquer tema que envolva criatividade, é fundamental pensar de maneira não óbvia, ou seja, pensar fora da caixa. Expressão popular na qual ouve-se muito, afinal, seu significado está embasado no padrão. Individualmente, todos têm aquele padrão na qual está acostumado e faz parte da sua bolha, é aí que essa expressão ganha sentido. Pensar fora da caixa é buscar coisas além da sua zona de conforto.

Dentro desse aspecto de conformidade, são destacados alguns pontos: conexões, visão, razão, absorção, transformação, avaliação e fluxo, reconhecer esses padrões são os primeiros passos para pensar fora da caixa.

Vale destacar a importância do individual e coletivo dentro do processo de criação, dando a devida atribuição para cada, focando nos pontos fortes e pensando em um usuário final, também é preciso unir forças para o andamento da ideia: colaboração!

Para o desfecho desse tópico, destaca-se as infinitas possibilidades e os resultados que a criatividade e o trabalho podem oferecer se colocados em xeque. “Ao infinito e além”.

- **Tópico 4:** Com vocês: O duplo diamante!

O diagrama do duplo diamante é uma representação visual clara que ilustra o processo de design thinking. Ele traça as fases de divergência e convergência do processo, destacando as diferentes abordagens usadas por quem pensa estrategicamente na criação de soluções.

Sendo eles: Descoberta, onde consiste em analisar o projeto para definir um objetivo claro e coletar dados para identificar o problema a ser resolvido. Métodos de coleta de dados já são amplamente usados por universidades, escolas e agências de design, Definição, cujo processo é de interpretação capaz de alinhar as necessidades com os objetivos, desenvolvimento e gestão. Desenvolvimento, onde o nome de fato relata a etapa de desenvolver as possíveis soluções de forma sistemática. E por fim, a Entrega, representando a etapa final do processo, recebendo os convites para apresentarem os pontos positivos para impactar nos resultados.

O método acima foi desenvolvido em 2005, no design Council através de uma pesquisa interna.

3.5.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA



4 CONCLUSÃO

Durante o desenvolvimento do projeto, foram abordados aspectos essenciais para a operação e otimização dos serviços de transporte, incluindo a análise de logística, controle de qualidade durante o transporte e a adaptação de novas mangueiras. Ao longo do desenvolvimento, destacaram-se três pontos principais: a garantia da preservação da qualidade do produto, a eficiência na rota de transporte e o cumprimento das regulamentações sanitárias.

As principais dificuldades encontradas incluíram a manutenção da temperatura adequada durante o transporte e a gestão de rotas otimizadas especialmente em regiões mais remotas, onde as condições das estradas podem impactar a qualidade e o tempo de entrega.

Esses desafios exigem soluções inovadoras, como o uso de tecnologias de monitoramento em tempo real e a implementação de estratégias de monitoração mais flexíveis.

Apesar desses obstáculos, as expectativas de sucesso são promissoras. Acredita-se que, com a aplicação das soluções propostas, será possível reduzir perdas no transporte, melhorar a satisfação dos clientes e aumentar a competitividade da empresa no mercado. A implementação de uma logística eficiente e a adoção de tecnologias de monitoramento contínuo trarão resultados expressivos tanto na qualidade quanto na rentabilidade.

Como perspectiva futura, a equipe também considera relevante explorar parcerias com fornecedores locais de equipamentos de refrigeração e monitoramento para facilitar a

atualização constante das frotas. Essas ações reforçam o compromisso da transportadora com a excelência na entrega e a preservação da qualidade do transporte.

REFERÊNCIAS

SEBRAE, **Aproveite os Incentivos Fiscais da Lei do Bem** Disponível em:

<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>

NAVARRO, Rafael. **Guia Prático da Lei do Bem**. 2020. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1805kBDZmjCm-oDE9sW-XbvGKvrwfxmV/view>

PLANALTO.GOV. **Lei nº 11.196/2005 - Institui a Lei do Bem** Disponível em:

<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/lei-do-bem/paginas/o-que-e-a-lei-do-bem#:~:text=Nesse%20contexto%2C%20a%20Lei%20n%C2%BA,de%20PD%26I%20nas%20empresas%20brasileiras>

GOVERNO Federal. **O que é a Lei do Bem - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**. 2023. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/lei-do-bem/paginas/o-que-e-a-lei-do-bem>>

NADER, Danielle. **Lei do Bem: O que é, como funciona e quem pode participar**.. 2023.

Disponível em:

<<https://www.contabeis.com.br/noticias/62573/lei-do-bem-o-que-e-como-funciona-e-quem-pode-participar/>>

PIRES, Carlos. **Lei do Bem:Entenda porque ela é tão importante**.. 2024. Disponível em:

<<https://www.resultadoemfoco.com.br/blog/gestao-estrategica/contabilidade-estrategica/lei-do-bem/>>

SCHWEITZER, Charles. **Lei do Bem:Entenda porque ela é tão importante**.. 2034.

Disponível em: <<https://reyabogado.com/brasil/como-funciona-a-lei-do-bem/>>

ANEXOS

Essa parte está reservada para os anexos, caso houver, como figuras, organogramas, fotos etc.

O estudante também deve enviar pela Intranet o Relatório Final das Atividades de Extensão, conforme modelo a seguir.



RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

1. IDENTIDADE DA ATIVIDADE

RELATÓRIO: Benefícios da lei do bem relacionados à inovação nas organizações

CURSO: Administração

MÓDULO: Tópicos Especiais

PROFESSOR RESPONSÁVEL: Renata Elizabeth de Alencar Marcondes

ESTUDANTE: Mariana Padua Franco

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 08/2024 a 12/2024

2. DESENVOLVIMENTO

Contextualização: Realizar uma análise sobre as empresas que aderiram a Lei do Bem instituída pelo Governo Federal, ou que possui o interesse em utilizar a lei do bem para incentivar as melhorias relacionadas a inovação nos processos das companhias, nesta análise será necessário comparar a melhorias nos índices que medem o risco e o retorno das companhias, que utilizam ou gostariam de utilizar a Lei do Bem. A empresa beneficiada pelo projeto foi: LMC TRANSPORTES.

Desafio: Durante a realização do projetos um dos maiores desafio foi adequar a LMC TRANSPORTE como Lucro Real, para assim ter os benefícios da Lei do Bem, no qual conseguimos elaborar novas inovações para que a empresa possa aumentar seus ganhos, pensando no futuro da instituição. Porém tivemos dificuldades no início do projeto para conseguirmos dados da empresa, mas com o decorrer do projeto conseguimos uma melhor relação com a empresa.

Cronograma das Ações: Os encontros aconteceram de sexta-feira, nos seguintes dias: 09 de agosto de 2024; 16 de agosto de 2024; 23 de agosto de 2024; 30 de agosto de 2024; 06 de setembro de 2024; 13 de

setembro de 2024; 20 de setembro de 2024; 27 de setembro de 2024; 04 de outubro de 2024; 11 de outubro de 2024; 18 de outubro de 2024; 25 de outubro de 2024; 01 de novembro de 2024; 08 de novembro de 2024; 15 de novembro de 2024; 22 de novembro de 2024; 25 de novembro de 2024; 27 de novembro de 2024; 28 de novembro de 2024; 29 de novembro de 2024.

Síntese das Ações: Live de apresentação do cronograma dos Projetos Integrados; Organização e definição das equipes junto aos professores orientadores; Definição e apresentação das informações sobre a empresa a ser utilizada no projeto; Instruções sobre as questões metodológicas de referências, citações bibliográficas e formatação utilizadas no projeto de acordo com as Normas da ABNT; Período destinado ao desenvolvimento do projeto; Instruções sobre a atividade relacionada ao eixo de Formação para a Vida; Entrega da Formação para a vida (1ª entrega). Tópico 3.5 do Projeto Integrado; Entrega parcial para verificação da formatação do trabalho seguindo as normas da ABNT. (2ª entrega); Preenchimento do formulário sobre trabalho em equipe; Instruções sobre a elaboração e critérios de avaliação das apresentações dos projetos; Live sobre o preenchimento do relatório de extensão para entrega via sistema e início das entregas dos Projetos em PDF pelo Classroom; Entregar parte escrita completa com citações, referências e textos nas normas da ABNT; Preenchimento do segundo formulário sobre trabalho em equipe; Apresentações dos Projetos Integrados e período de retificações dos projetos reprovados.

a. Aspectos positivos: Como aspectos positivos podemos levar a forte interação que tivemos com a Lei do Bem na prática, fazendo com que seja mais fácil o entendimento das aulas e da elaboração do projeto como um todo. A maior interação com o grupo do projeto, estimulando o trabalho em equipe preparando todos para o ambiente corporativo.

b. Dificuldades encontradas: Tivemos dificuldade no início para encontrarmos uma empresa disposta a colaborar com a elaboração do projeto, atrasando assim o início das atividades do projeto, além da dificuldade de conseguirmos dados para trabalhar dentro das áreas abordadas do projeto.

c. Resultados atingidos: No final obtivemos um resultado muito positivo, onde a empresa entendeu a importância da Lei do Bem para seu crescimento durante o tempo, apoiando a inovação para obter resultados significativos, elaborando inovações para seu futuro e aproveitando as ideias abordadas no projeto para melhorar áreas que estavam com déficit de rendimento

d. Sugestões / Outras observações: Para os futuros Projetos espero que a Unifeob nos apoie na parte onde encontramos empresas parceiras para realização do trabalho, agilizando assim o início do

projeto.

3. EQUIPE DOS ESTUDANTES NO PROJETO

22000933	BRUNO ARAUJO DA SILVA
23000300	CAIO AUGUSTO FRANCISCO
22001130	MARIANA PADUA FRANCO
22000291	RAFAEL VIEIRA DOS SANTOS
22001660	PEDRO HENRIQUE PERES DA SILVA
22001230	THAYNA PAZ MARTINS

Curso de Administração
Módulo de Tópicos Especiais
Cronograma de Validação - Projeto Integrado

Unidade Estudo	Participação no Projeto	Data da Validação
Administração Pública	Abordagem e aplicação sobre a Lei do BEM	30.10
Gestão de Investimentos e Riscos	Análise dos investimentos e riscos relacionados a projetos que se enquadrem na Lei do BEM	28.10
Tecnologia da Informação e Business Intelligence	Criação e análise de indicadores relacionados com a Lei do BEM	31.10
Tópicos Especiais em Administração	Abordagem sobre a caracterização de tecnologia e inovação para o enquadramento da Lei do BEM	29.10
<p><u>Descrição do Projeto:</u> Realizar uma análise sobre as empresas que aderiram a Lei do Bem, ou que possui o interesse em utilizar esta lei para incentivar as melhorias relacionadas a inovação nos processos das companhias. Nesta análise será necessário comparar as melhorias nos índices que medem o risco e o retorno das companhias, que utilizam ou gostariam de utilizar a Lei do Bem.</p>		